



CABO VERDE

- O crescimento real do PIB de Cabo Verde acelerou para 3.6% em 2015, de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013, devido ao aumento das receitas do turismo, à melhoria da procura interna e à manutenção dos baixos preços da energia. No entanto, a economia ainda apresenta um baixo desempenho devido à deflação e ao elevado desemprego.
- Enquanto os défices em conta corrente e do Governo têm diminuído relativamente aos níveis anteriormente elevados, a consolidação orçamental continua a ser uma prioridade para reduzir o risco de sobre-endividamento, tranquilizar os investidores e salvaguardar a estabilidade macroeconómica.
- Apesar da insularidade de Cabo Verde e da desigual distribuição da população entre as ilhas, a sua renovação urbana pode promover transformações estruturais, proporcionando oportunidades informais e aos microempresários para melhorar e expandir a sua integração no mercado.

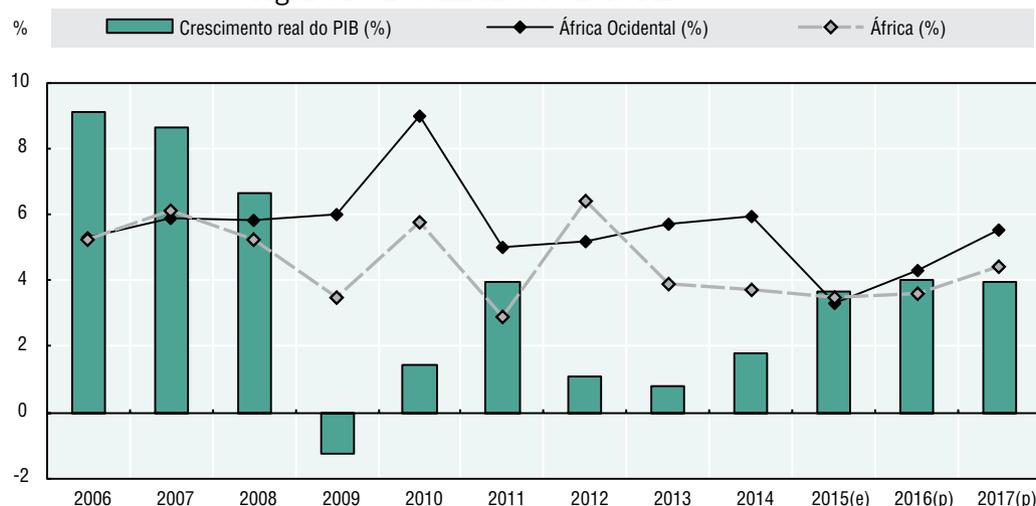
Visão global

A recuperação da economia de Cabo Verde continua débil devido à fraca economia global e à vulnerabilidade interna. O turismo e o investimento estrangeiro ligado ao turismo, incluindo a construção, continuam a ser os principais motores do crescimento. Na verdade, o crescimento económico acelerou para cerca de 3.6% em 2015 (de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013), devido ao retorno do investimento direto estrangeiro (IDE) – que cresceu 13% em 2014 – sobretudo no turismo. No entanto, a atividade económica está ainda aquém do seu potencial. Para além da eficiência do setor público, o crescimento de longo prazo de Cabo Verde depende do aumento da sua produtividade. Em 2016 e 2017, espera-se que o crescimento apresente uma recuperação, alcançando uma taxa média de 4%, abaixo da taxa registada nos anos de boom antes da crise financeira global.

A situação orçamental melhorou ligeiramente em 2015 devido à contenção progressiva do programa de investimentos públicos (PIP), mas permanece vulnerável. O défice global do Orçamento deverá cair em 2015 para 4.5% (de 7.4% em 2014), e novamente em 2016 para 4%. Outro desafio reside em definir as políticas adequadas com vista a responder à exigência de sustentabilidade da dívida e à necessidade de promover o crescimento económico. A dívida pública deverá atingir 118% do PIB em 2015, contra 94.7% em 2013. Embora a dívida pública externa seja alta (76.2% do total da dívida pública em 2015), continua a ser esmagadoramente concessional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas futuras obrigações da dívida.

A população urbana da Cabo Verde corresponde a cerca de 65% da população do país de 514 000 habitantes. A alta taxa de urbanização deve-se, principalmente, à migração rural-urbana. Embora o aumento da taxa de urbanização seja uma fonte de problemas sociais, também apresenta oportunidades informais e para os microempresários no sentido de melhorar e expandir a sua integração no mercado. Com uma taxa de alfabetização notável, superior a 85%, Cabo Verde possui a base para um crescimento económico impulsionado por uma população urbana robusta, com competências adequadas a um setor privado competitivo. A renovação urbana do país pode, portanto, ser um importante motor de transformação estrutural nos próximos anos.

Figura 1. Crescimento real do PIB



Fonte: BAD, Departamento de Estatísticas do PEA (e); projeções (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	1.8	3.6	4.0	4.0
Crescimento real do PIB per capita	0.5	2.4	2.8	2.7
Inflação, medida pelo IPC	-0.2	0.0	1.6	2.7
Saldo Orçamental, em % do PIB	-7.4	-4.5	-4.0	-3.8
Saldo contas correntes, em % do PIB	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Evolução recente e perspetivas

Diversos choques atingiram Cabo Verde nos últimos anos, incluindo os efeitos de repercussão da lenta recuperação económica da Europa, os desastres naturais (seca, erupções vulcânicas) e o surto de Ébola na África Ocidental, apesar de Cabo Verde permanecer livre da epidemia. Na verdade, o crescimento do PIB caiu para 1.1% em 2012 e 1% em 2013. No entanto, a economia cresceu 1.8% em 2014, impulsionada pela recuperação do IDE e o aumento das remessas dos emigrantes que potenciaram o consumo das famílias e ofereceram auxílio num período difícil para muitos cabo-verdianos. Por outro lado, as exportações de pescado têm sido fortes, evidenciando o potencial do setor.

Em 2015, a recuperação da economia europeia teve um impacto positivo sobre Cabo Verde, em particular através do turismo. Depois de um fraco desempenho em 2014, o turismo, incluindo o turismo de cruzeiros, recuperou em 2015. O IDE aumentou para 3.5% em 2015 e o país mostrou sinais de recuperação. Prevê-se que o crescimento real do PIB atinja 3.6% em 2016 e 4%, em média, no período 2016-19. Isto pressupõe um melhor desempenho económico na Europa com impacto no turismo e no IDE. Os recentes investimentos públicos em infraestruturas básicas, bem como os preços mais baixos da energia, irão impulsionar a procura interna. A taxa de desemprego manteve-se elevada, mas está em declínio, caindo para 15.8% em 2015, de 16.4% em 2014 e 16.8% em 2013.

Em 2014, a agricultura representava 9.4% do PIB, a exploração mineira 0.4% e a indústria transformadora 6.6%. O turismo impulsiona a economia e é também o motor da redução da pobreza. O turismo contribuiu para cerca de 21% do PIB em 2014 (contra 19.2% em 2011 e 20.1% em 2013) e está a aumentar o seu peso na criação de emprego tendo gerado, no período 2013-15, uma



média anual de 36 100 postos de trabalho. Infelizmente, o setor foi o mais afetado recentemente pela crise. A queda do IDE significou que foram construídos menos hotéis, reduzindo, assim, o volume de turistas. Em 2014, os hotéis registaram cerca de 540 mil entradas e 3.4 milhões de pernoitas, um decréscimo de cerca de 2.3% para entradas e 0.6% para pernoitas em comparação com 2013. Entre 2011-14, a deflação em alguns países europeus teve um efeito negativo sobre a taxa de câmbio real efetiva de Cabo Verde, tornando o setor menos competitivo, especialmente no que diz respeito aos destinos turísticos europeus. O setor do turismo em Cabo Verde respondeu baixando os preços, sendo, no entanto, esperado que o setor recupere em 2015. De facto, no primeiro semestre de 2015, o número de turistas aumentou 4.8% e as receitas do turismo cresceram 6%. Cabo Verde poderá beneficiar do aumento das tensões geopolíticas em mercados turísticos rivais, com os operadores turísticos a desviar o tráfego para destinos de menor risco. Também o IDE no turismo está a regressar, tendo crescido 13% em 2014.

Cabo Verde realizou ações consideráveis destinadas a atrair investidores estrangeiros para o turismo. No entanto, o setor regista limitadas ligações com o resto da economia. A sustentabilidade ambiental será importante para proteger a beleza natural do país, que é a principal atração para os turistas, bem como a principal fonte de receitas do turismo.

Do lado da procura, o melhor desempenho em 2014 foi determinado por um aumento do consumo privado e pelo crescimento significativo das exportações de mercadorias. O investimento privado registou um baixo desempenho em 2015, exacerbado pela relativamente baixa confiança dos investidores. Depois de registar uma contração em 2014, o crédito à economia cresceu apenas 1.5% nos primeiros nove meses de 2015. Esta situação reflete a manutenção das debilidades do setor bancário, bem como uma carteira de crédito em incumprimento (cerca de 18% da exposição total) concentrada nos setores imobiliário e do turismo. O custo de capital é também muito elevado, e o IDE destinado a Cabo Verde ainda está a recuperar. Por outro lado, o investimento público – tanto do Estado como de empresas estatais financiadas através de empréstimos – está a recuar.

Os indicadores de confiança do consumidor sugerem que, em 2015, o consumo privado enfraqueceu relativamente a 2014. Não obstante as remessas bastante robustas, o crédito ao setor privado foi fraco, e houve um declínio nos salários da função pública. É provável que a agricultura tenha beneficiado de uma boa estação de chuvas, impulsionando o consumo em áreas rurais no segundo semestre de 2015. No setor público, registou-se um ligeiro aumento nos gastos com bens e serviços.

Em 2015, verificou-se um aumento no investimento direto estrangeiro e nas transferências correntes (tanto oficiais como de emigrantes). As reservas cambiais oficiais cresceram significativamente ao longo de 2014 e, no final do ano, o stock acumulado assegurava 5.5 meses de cobertura das importações de bens e serviços do ano. A exportação de mercadorias diminuiu cerca de 28% no primeiro semestre de 2015, principalmente devido a uma queda nas exportações de pescado. No entanto, de janeiro a junho de 2015, registou-se um aumento de 9% nos fluxos de exportação de serviços, devido principalmente ao turismo. Em 2015, as importações de bens de consumo aumentaram (6.1%), de materiais de construção (7%) e de bens intermédios (11.6%); as remessas também mantêm uma tendência positiva (16.3%).

Prevê-se que o défice das contas correntes para 2015 se aproxime dos 9% do PIB, seguindo-se uma redução gradual ao longo de 2016-18. Espera-se uma redução dos preços internacionais do petróleo e conseqüente redução da significativa conta de importações de produtos energéticos de Cabo Verde (cerca de 20% do total das importações), reduzindo assim o elevado défice comercial. Em simultâneo, a diminuição dos altos níveis de investimento público de capital vai desacelerar o crescimento das importações de bens de capital. As exportações de serviços irão beneficiar de um previsível crescimento no turismo, em resultado da recuperação das economias europeias. O ingresso de remessas oriundas da grande diáspora Cabo-verdiana (que segundo estimativas é igual à população residente) também deve subir, em linha com o crescimento económico europeu.



A inflação em Cabo Verde é tradicionalmente baixa, apoiada na ancoragem do escudo cabo-verdiano (CVE) ao euro. Os preços estagnaram em 2014, com uma deflação técnica de 0.2%. Está prevista uma inflação baixa para apoiar o consumo privado, reduzindo as pressões de preços sobre os salários reais. No entanto, prevê-se também um aumento da taxa real de juro o que desencoraja o investimento. Contudo, a baixa inflação irá moderar a apreciação da taxa de câmbio efetiva real (contra a inflação baixa na Europa), e contribuir para uma perda de competitividade externa. A taxa de inflação média anual subiu para 0.0% em 2015; em 2016, a inflação deverá retornar ao nível de 2013 de 1.6%. A tendência de subida da inflação continuará em 2017, para valores médios de 2.5% no período 2017-19.

Tabela 2. PIB por setor (em percentagem)

	2010	2014
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9.3	9.4
dos quais pescas	1.1	0.8
Indústria extrativa	0.6	0.4
dos quais petróleo
Indústria transformadora	6.3	6.5
Eletricidade, gás e água	0.2	2.3
Construção	12.6	10.4
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos e Bens de consumo	18.8	20.8
dos quais hotelaria e restauração	4.0	6.5
Transportes, armazenamento e comunicações	17.6	15.5
Finanças, serviços imobiliários e empresariais	18.2	17.9
Administração pública e defesa	16.4	16.8
Outros serviços
Gross domestic product at basic prices / factor cost	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Polícia orçamental

Desde 2011, o Governo tem vindo gradualmente a implementar um programa de consolidação orçamental com vista a manter a estabilidade macroeconómica e a lidar com a crise internacional. O programa assenta em quatro pilares: redução progressiva do PIP; redução e otimização das despesas correntes; alteração do processo de gestão de tesouraria e da administração tributária a fim de aumentar as receitas; e reformas institucionais. O programa de consolidação prevê reduzir o défice orçamental para 3.5% do PIB em 2018, abaixo dos 10.3% registados em 2010.

O investimento público deve cair em termos relativos, de 10.2% do PIB em 2013 para cerca de 4.3% em 2017. Em 2015, os investimentos públicos representaram 5.8% do PIB. O Governo honrou o seu compromisso de 2013 de não adicionar novos investimentos ao PIP e as autoridades foram rigorosas na gestão das despesas correntes. Os donativos sofreram uma redução de cerca de 86% entre 2011 e 2014, de 0.7% do PIB para 0.1%. A gestão do orçamento tem sido rigorosa, resultando num congelamento do recrutamento de pessoal e dos salários. Em 2015, as despesas correntes aumentaram ligeiramente – em grande parte devido aos gastos com bens e serviços –, embora acomodadas às despesas orçamentadas.

No campo das receitas, o Governo introduziu medidas estruturais entre 2013 e 2014, incluindo: i) a reorganização da administração tributária com a criação da Direção Nacional das Receitas do Estado; ii) aumento do IVA de 6% para 15% em todos os setores; iii) alargamento da base tributária, incluindo comunicações, abastecimento de água e serviços de transporte rodoviário;



(iv) introdução de um imposto turístico de 2 euros em hotéis; e (v) adoção de um novo código que inclui um imposto sobre os lucros das empresas. Estas medidas começaram a ter um impacto positivo sobre as receitas fiscais, que cresceram para 10% entre 2014 e 2015.

As reformas institucionais foram acompanhadas de consolidação orçamental. As iniciativas estão focadas na melhoria das empresas públicas que fornecem serviços de infraestruturas essenciais. Os contratos de gestão introduzidos na empresa de eletricidade e água e na companhia aérea nacional têm incentivado melhorias no desempenho operacional. Essas reformas são essenciais para restaurar a saúde financeira e reduzir os passivos fiscais contingentes. Em 2014, os contratos de gestão foram estendidos às quatro restantes empresas públicas estratégicas: Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Área (aeroportos operacionais); Empresa Nacional de Administração dos Portos (portos operacionais); EMPROFAC (medicina, farmácia) e Imobiliária, Fundiária e Habitat (serviços de habitação). No entanto, algumas entidades relacionadas com o Governo, particularmente a companhia aérea nacional TACV, são débeis e registam perdas operacionais. Os passivos contingentes do Governo e dos setores público e financeiro são limitados.

A política fiscal está a melhorar o défice orçamental, que caiu para 4.5% do PIB em 2015, de 7.4% em 2014. As necessidades globais de financiamento (incluindo empréstimos a empresas públicas) diminuiu de 10.2% em 2014, para 8.2% em 2015. O Governo tem planos para aumentar a receita pública e continuar a reduzir as despesas, nomeadamente em matéria do PIP.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB, a preços correntes)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Receitas totais (inclui donativos)	28.6	24.4	24.5	25.0	26.5	25.9	25.7
Receitas fiscais	21.2	18.2	18.0	18.9	18.6	18.2	17.8
Receitas do petróleo	4.6	2.8	2.5	2.3	4.1	4.0	4.1
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	29.5	34.7	33.4	32.4	31.0	29.9	29.5
Despesas correntes	19.5	22.9	23.2	25.9	25.2	24.9	25.1
sem juros	17.9	21.0	21.0	23.4	23.3	23.1	23.4
Ordenados e salários	10.2	10.6	10.7	11.7	11.4	11.1	10.7
Juros	1.5	1.9	2.2	2.5	1.9	1.8	1.7
Despesas de Investimento	10.0	11.8	10.2	6.6	5.8	5.0	4.4
Saldo primário	0.6	-8.4	-6.6	-5.0	-2.7	-2.2	-2.1
Saldo global	-0.9	-10.3	-8.9	-7.4	-4.5	-4.0	-3.8

Nota: a. Apenas os principais itens são indicados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Política monetária

Foi assinado um acordo bilateral com o Governo Português para apoiar a convertibilidade do CVE com o euro. A política monetária do Banco Central de Cabo Verde (BCV) assenta na manutenção da paridade fixa entre as duas moedas para estabilizar os preços.

A queda nos preços das matérias-primas a nível mundial, a deflação relativa na zona euro e a contração da atividade económica determinaram a baixa da inflação de 4.5% em 2011, para 1.5% em 2013 e para 0.2% em 2014. As pressões inflacionárias permaneceram baixas em 2015 devido aos menores preços da energia e ao fraco desempenho agrícola nacional, já que as chuvas diminuíram para mais de metade durante 2014/15. A inflação média anual atingiu -0.4% em março de 2015, subindo para 0.1% em outubro do mesmo ano.

Com a inflação baixa e as reservas internacionais robustas, o BCV tem tomado uma postura acomodatória da política monetária, juntamente com as medidas para resolver o crédito malparado. A taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez do BCV foi cortada em 200 pontos-base, para 3.75% em agosto de 2014; em fevereiro de 2015, o BCV reduziu ainda mais a taxa



em 25 pontos base para 3.5%. O BCV reduziu também a exigência de reservas de caixa mínimas de 18% para 15%, e alargou o prazo para liquidar os bens recuperados de dois para cinco anos.

O crédito ao setor privado caiu 1%, devido à fraca procura de empréstimos, à aversão dos bancos em emprestar ao setor empresarial altamente endividado, e ao reconhecimento e liquidação do crédito malparado. Em junho de 2015, o rácio de morosidade de todo o sistema foi de 20.3%, ante 18.7% em 2014. A adequação de capital forte tem vindo a melhorar (16.2%), e o provisionamento para crédito malparado foi amplamente adequado (46%). A lucratividade dos bancos recuperou em junho de 2014, mas ainda permanece baixa, com o retorno sobre os ativos em 0.2% e o retorno sobre o património líquido de 2.4% em junho 2015.

A inflação continuou baixa (em torno de 1.6%) e fortes reservas internacionais irão caracterizar 2016. A política monetária deverá permanecer acomodada com vista a facilitar a regularização do crédito malparado.

Cooperação económica, integração regional e comércio

O mercado das exportações de mercadorias de Cabo Verde manteve-se fragmentado e limitado ao pescado e produtos das pescas, com os produtos de pescado a representarem mais de 80% das exportações totais de mercadorias no primeiro semestre de 2015. A Espanha e Portugal são os principais mercados de exportação, com mais de 90% de participação no comércio total do país. As exportações totais de serviços atingiram 51 583 milhões de CVE em 2014, e 39 525 milhões de CVE nos três primeiros trimestres de 2015. O turismo continua a ser a principal fonte de exportações de serviços, com uma quota de 62.1% em 2014 e de 64.5% nos primeiros três trimestres de 2015. Os produtos alimentares, materiais de construção e máquinas e equipamentos – em grande parte da Europa – respondem por mais de 70% das importações totais. O comércio regional de Cabo Verde é reduzido: 1.2% para as importações totais e 0.1% para as exportações na região da CEDEAO, e menos de 2% para toda a África.

Em novembro de 2015, o Governo organizou o primeiro Fórum Nacional do Comércio para obter *feedback* do setor privado sobre as restrições comerciais. Uma descoberta notável foi que as exportações elegíveis para a *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) têm sido modestas – menos de 10% do total das exportações para os Estados Unidos. Tal facto deve-se principalmente aos procedimentos burocráticos da AGOA, que muitas empresas têm dificuldade em cumprir.

De acordo com o Índice de Competitividade Global 2015/16, Cabo Verde ocupa a posição 112° entre 140 países. Para aumentar a competitividade, foi criado em julho de 2015 o Conselho Nacional do Comércio com o objetivo de formular e coordenar a política comercial do país. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Comércio (2015-20), adotado em junho de 2015, irá orientar essa política. O objetivo é reduzir a dependência da indústria das pescas, aumentar a quota de comércio para 15% do PIB, contra 12% em 2014, e melhorar a taxa de cobertura (exportações mais reexportações) para 65%, comparativamente com 46.3% em relação ao mesmo período.

Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB, a preços correntes)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Balança comercial	-45.7	-36.6	-33.6	-35.1	-29.2	-26.0	-24.7
Exportações de bens (f.o.b.)	6.0	10.0	10.1	14.6	15.3	15.3	15.5
Importações de bens (f.o.b.)	51.7	46.6	43.6	49.7	44.5	41.3	40.1
Serviços	15.0	13.6	17.8	15.6	11.8	9.7	7.3
Rendimento dos fatores	-2.1	-4.3	-3.5	-5.2	-6.2	-5.9	-6.1
Transferências correntes	19.9	14.8	14.4	16.7	14.7	12.4	13.0
Saldo da Conta Corrente	-12.9	-12.6	-4.9	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



Política da dívida

Apesar de consolidação orçamental verificada em 2014/15, o stock da dívida relativamente à dimensão da economia aumentou. Esta situação deve-se ao menor crescimento registado nos últimos anos, combinado com a depreciação do euro. A dívida pública atingiu 118% do PIB em 2015, de 94.7% em 2013. Espera-se um pico de 123.8% do PIB em 2017 e, em seguida, uma diminuição gradual. Desde o pico do défice (incluindo empréstimos de retrocessão) em 2012, o pico dos atrasados da dívida pública foi impulsionado pelas amortizações, especialmente no fim do período de carência.

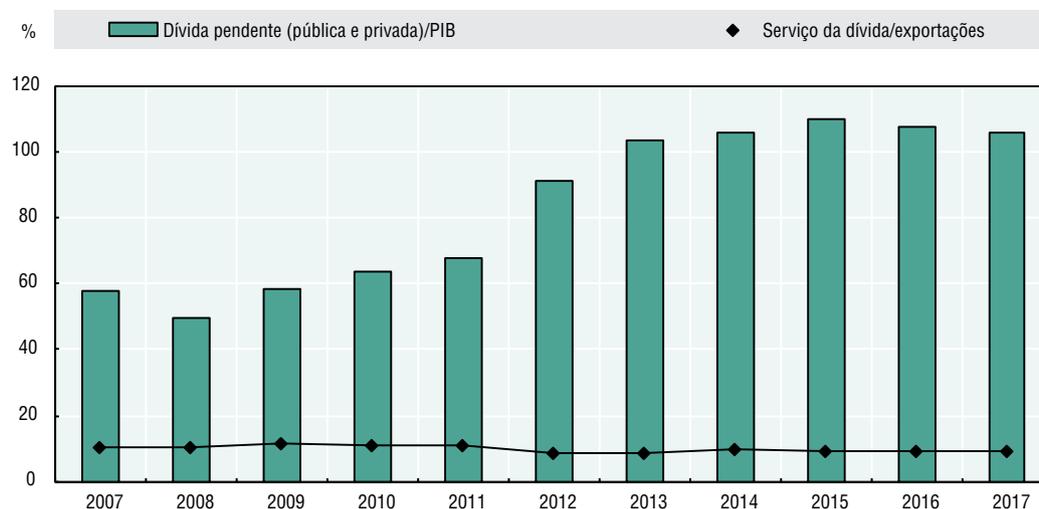
Ao mesmo tempo que a dívida pública externa permanece alta (76.2% do total da dívida pública em 2015), esta continua a ser esmagadoramente concessional. Os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas obrigações futuras devidas à dívida. Em paralelo com a redução progressiva do PIP, o Governo está a intensificar esforços no desenvolvimento do setor privado.

A dívida é gerida pelo Departamento do Tesouro. Em 2011, a Estratégia de Gestão da Dívida de Médio Prazo tornou-se uma ferramenta para conceber e acompanhar a política e estratégia de endividamento, tendo sido atualizada em 2014 para um horizonte de 5 anos. A estratégia é tida em conta no orçamento anual do Estado e constitui uma ferramenta para a análise de novas dívidas.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional realizaram uma análise de sustentabilidade da dívida (ASD), em maio de 2014. Está previsto colocar os rácios do stock da dívida e de serviços abaixo do limiar durante o período 2013-33. A médio prazo, espera-se que o rácio do serviço da dívida / exportações seja de 8%, e o do serviço da dívida / receitas, de 11%. A ASD também sugere que, face aos indicadores da dívida externa, o risco de sobre-endividamento de Cabo Verde permaneça moderado, com altas perspetivas de agravamento devido à vulnerabilidade a uma depreciação extraordinária de 30%, em comparação com o cenário de base.

A avaliação de risco elevado é reforçada por uma recuperação lenta na zona euro, o aumento da dívida interna e de passivos financeiros contingentes relacionados com as empresas estatais e a dívida do Governo. No entanto, O Governo tem dado passos importantes para conter o risco de sobre-endividamento. Estes passos incluem a consolidação do quadro de despesas a médio prazo, com o adiamento de alguns projetos de investimento público até 2018, e o cancelamento de outros. Apesar desta evolução, a situação da dívida exige um acompanhamento à luz do crescimento e da vulnerabilidade da taxa de câmbio.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

As reformas do ambiente empresarial de Cabo Verde parecem ter estagnado desde 2013. As medidas de melhoria incluíram a simplificação dos procedimentos administrativos para os empresários, facilitando o processo de registo de propriedade e de encerramento de um negócio e incentivos fiscais aos investidores através do Código Geral de Investimento de 2012. Além disso, num esforço para promover o espírito empresarial, em 2012 o Governo criou a Agência para o Desenvolvimento das Empresas e a Inovação, que presta apoio técnico às pequenas e médias empresas (PME). Essas conquistas fazem de Cabo Verde um dos países com melhores resultados do mundo no relatório *Doing Business 2012*, do Banco Mundial. No entanto, o facto de o *Doing Business 2015* classificar Cabo Verde no 122º lugar entre 189 países (em comparação com o 118º em 2014) reflete um abrandamento das reformas. São necessários esforços em relação a: i) assegurar crédito, já que um grande número de micro empresas só têm acesso aos escassos recursos de instituições de micro-finanças; ii) custos globais para iniciar um negócio, que aumentaram entre 2013 e 2014; iii) comércio transfronteiriço, na sequência de aumentos em 2013/14 nos procedimentos e nos prazos necessários para exportação e importação; e iv) facilidade de encerrar um negócio, com Cabo Verde, que está na 189ª posição entre 189 países classificados pelo Banco Mundial.

Para manter o crescimento sustentável e inclusivo, o país deve intensificar as reformas destinadas a melhorar a produtividade e garantir uma maior competitividade. O *Relatório de Competitividade Global 2015-16* classifica Cabo Verde em 112º lugar entre 140 países analisados, registando-se uma ligeira melhoria da posição 114 (entre 144 países) no relatório de 2014-15. Os principais obstáculos à competitividade são: a dimensão limitada do mercado interno, a dificuldade de obtenção de crédito devido às taxas de juro extremamente elevadas, a elevada carga fiscal sobre as empresas e a falta de infraestruturas básicas.

Setor financeiro

O setor financeiro de Cabo Verde parece bom, apoiado por uma capitalização e liquidez geralmente adequadas dos bancos. Os bancos mantêm um stock de ativos importante, que consiste principalmente em imóveis residenciais e comerciais recebidos em dação em cumprimento das



garantias de transações financeiras. Os bancos estrangeiros não dependem de instituições-mãe, uma vez que são totalmente financiados por depósitos internos. Os depósitos em bancos nacionais por expatriados de Cabo Verde continuarão a ser uma importante fonte de financiamento para o setor. O setor bancário continua altamente concentrado, com apenas dois grandes bancos que concentram dois terços da quota de mercado total dos empréstimos, e quase 70% do total dos depósitos.

Em 2014, os bancos registaram uma redução no crédito (-0.3%), e o crescimento significativo dos depósitos (9.3%). O crescimento do crédito ao setor privado é ainda débil em 2015. O otimismo no mercado tem aumentado, com alguns bancos a reportarem aumentos de novo crédito ao setor privado, o que sugere o crescimento de cerca de 4% em todo o sistema. A obtenção de crédito é um grande obstáculo para as PME e representa uma restrição significativa para o crescimento futuro. Estão em vigor várias iniciativas para fornecer acesso ao capital através de garantias de capital de risco e de crédito. Muitos deles são administrados por um grande número de instituições específicas do setor.

O BCV tem reforçado a sua abordagem de supervisão ao longo dos últimos anos, incluindo a atualização do quadro legal. A aprovação da Lei de Bases do Sistema Financeiro e da Lei sobre as Atividades Financeiras e instituições em 2014 são um passo importante. Ao mesmo tempo que reduziu as taxas de juro em 2014, o BCV também absorveu parte do excesso de liquidez do sistema para desencorajar a tomada de riscos excessivos, fortalecer a transmissão da política monetária e incentivar o desenvolvimento do mercado interbancário. Contudo, o mecanismo de transmissão permanece fraco e o mercado interbancário ficou inativo desde maio de 2013, com os bancos a continuar a manter reservas em excesso.

Em fevereiro de 2015, com vista a complementar as decisões de política monetária, o BCV prorrogou o prazo para a venda de ativos recebidos em dação de dois para cinco anos. No entanto, os bancos devem reforçar os mecanismos internos e as ferramentas para ajustar o seu balanço, através da venda mais rápida e substancial desses ativos.

Gestão do setor público, instituições e reforma

Cabo Verde é amplamente reconhecido entre os países africanos pela sua boa governação. De acordo com o Índice Mo Ibrahim 2013 de Boa Governação Africana, o país ficou em segundo lugar entre 52 países. No Índice de Perceção da Corrupção de 2014, da Transparência Internacional, Cabo Verde foi o segundo país africano menos corrupto (com uma pontuação de 57 em 100). De acordo com o *Doing Business 2015*, Cabo Verde está no 91º lugar do *ranking* entre 189 economias em termos de facilidade de pagamento de impostos. Apesar do seu forte histórico sobre a corrupção, Cabo Verde lançou um novo programa em 2014 para combater a corrupção no serviço público.

Ao longo dos últimos anos, o Governo tem tomado várias iniciativas de reforma estrutural para melhorar o sistema de gestão das finanças públicas. Registaram-se progressos na integralidade, transparência e supervisão, em particular através da introdução de classificação baseada em programas, a reforma da gestão de tesouraria, a revisão do código fiscal e um Sistema Integrado de Gestão Financeira e Orçamental. A aprovação da Lei Nacional de Planeamento, em 2014, abriu o caminho para a introdução da orçamentação por programas em 2017. O Orçamento de 2015 foi apresentado, pela primeira vez, numa base programática. Uma nova lei de enquadramento orçamental destina-se a institucionalizar essas reformas, que atualmente não estão consagrados na lei.

Essas conquistas têm fortalecido a consolidação orçamental e tiveram um impacto significativo sobre o controlo das despesas e das receitas públicas. No entanto, uma série de deficiências permanecem – supervisão interna e externa, falhas na avaliação dos passivos contingentes das empresas públicas, bem como a falta de um sistema de gestão racional do investimento público. O



Governo está a ultimar uma estratégia de reforma das finanças públicas. Também uma avaliação relativa à Despesa Pública e Responsabilidade Financeira lançada em 2015 servirá de base para a atualização do plano de ação de gestão das finanças públicas e prossecução das reformas.

O Governo declarou 2015 como o ano destinado a consolidar as diversas iniciativas públicas de reforma da gestão financeira. Devido às eleições de 2016, em vez da abertura de novas frentes de reformas, o Governo irá consolidar e fortalecer as já existentes.

Gestão de recursos naturais e meio ambiente

Em 2014, a seca e as erupções vulcânicas na Ilha do Fogo demonstraram a vulnerabilidade de Cabo Verde aos riscos naturais. A proteção dos recursos naturais do país é vital para a manutenção da riqueza nacional e para atrair turistas. A crescente pressão sobre a biodiversidade, os recursos hídricos, os solos e as zonas costeiras, deve despertar os decisores públicos para a necessidade de um programa de desenvolvimento sustentável e de políticas mais em harmonia com a preservação do meio ambiente. A gestão dos recursos naturais e o equilíbrio entre as atividades humanas e a conservação surgem como os maiores desafios da governação ambiental em Cabo Verde.

A integração dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas de desenvolvimento está consagrada no Programa do Governo para 2011-16. Este Programa defende a criação de uma “Agenda Verde transversal baseada na inovação, na busca de uma melhor combinação de energias renováveis, em cidades sustentáveis e sobre a criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde”. O Programa determina, ainda, que há que fazer esforços para promover a biodiversidade, melhorar as áreas protegidas, combater a desertificação, proteger as florestas, promover o tratamento de águas residuais e introduzir energias limpas e renováveis. Cabo Verde ultrapassou o 7º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de garantir a sustentabilidade ambiental, aumentando a proporção de terra protegida e áreas marinhas entre 1990-2015 em 18.65 pontos percentuais.

Contexto político

Cabo Verde está entre as nações mais democráticas do mundo. É politicamente estável, graças à qualidade de seu sistema democrático, iniciado em 1991 e reforçado ao longo do tempo. Cabo Verde atingiu 7.81 pontos em 10 no Índice de Democracia 2014 da Unidade do *Economist Intelligence*, classificando-se no 31º lugar entre 167 países do mundo e no terceiro em África. O desempenho de Cabo Verde resulta, principalmente, do seu excelente processo eleitoral (9.17 em 10) e do elevado nível de liberdades civis (9.12 em 10).

As eleições em 2011 resultaram, pela primeira vez, numa coabitação do espaço político pelos dois principais partidos políticos do país, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MPD). De facto, enquanto o atual Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, ganhou a presidência em 2011 com o apoio do MPD, o PAICV tem controlado o Parlamento nos últimos 15 anos, permitindo-lhe nomear o Primeiro-Ministro e o Governo. Nos últimos anos, o MPD ofereceu uma forte oposição ao PAICV, que sofreu uma ligeira queda nas eleições municipais de 2012. De modo particular, o PAICV tem vindo a ser acusado de ter aumentado a dívida pública em dispendiosos projetos de infraestruturas e não para combater o galopante desemprego dos jovens.

Depois de 15 anos na oposição, o MPD recuperou o poder na sequência das eleições legislativas de 20 de março de 2016. As eleições presidenciais devem ocorrer ainda em 2016.



Contexto social e desenvolvimento humano

Desenvolvimento de recursos humanos

Em 2014, a taxa média de alfabetização em Cabo Verde para maiores de 15 anos era de 86.5%, uma das mais altas de África. Em 2014, o país tinha 526 escolas do ensino pré-escolar, 420 escolas do ensino primário e 50 escolas do ensino secundário. A taxa de abandono escolar precoce diminuiu: em 2013/14, a taxa foi de 1.1% para o ensino primário e 5,8% para o ensino secundário, em comparação com 1.7% para o ensino primário e 7.3% para o ensino secundário em 2010/11. Ao longo dos últimos 12 anos, o número de instituições de ensino superior e universidades aumentou. A qualidade da educação, no entanto, continua a ser o principal desafio, e os cursos oferecidos por universidades, muitas vezes não correspondem às necessidades de competências do mercado.

Para melhorar a qualidade do ensino superior, o Governo instituiu as medidas descritas no Documento de Estratégia de Crescimento Económico e de Redução da Pobreza. Além disso, a Universidade de Cabo Verde, em parte financiada pelo Governo, incentiva os professores a obter graus avançados em todo o mundo. Na verdade, ao longo da última década, o número de cabo-verdianos com doutoramento aumentou. O principal problema é que não existe atualmente um financiamento sistemático da investigação académica e científica.

Também têm sido registados progressos na área da saúde, especialmente nos cuidados primários. Em 2010, Cabo Verde tinha dois hospitais centrais, três hospitais regionais e dezassete centros de saúde. Em 2013, o número de hospitais regionais aumentou para 4 e os centros de saúde para 28. Além disso, em 2014, os profissionais qualificados de saúde assistiram 95.6% de todos os partos, um aumento de 20% em relação a 2007. A cobertura da imunização contra o sarampo foi de 96.7% em 2011, sendo superior à meta dos ODM de 95%. Em 2014, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos foi de 22.5 por 1 000 nascimentos, verificando-se uma diminuição de 60% desde 1990. No mesmo período, a mortalidade infantil diminuiu cerca de 52% para 20.3 por 1 000 nados vivos. No entanto, a taxa de declínio na mortalidade infantil e de menores de cinco anos foi inferior à meta de dois terços dos ODM e a mortalidade infantil representou cerca de 90% de todas as mortes de crianças menores de cinco anos de idade

Foi criado um plano de cinco anos (2011-15) – o Plano Nacional de Luta contra a Sida – para combater a transmissão do HIV / SIDA. O acesso a medicamentos antirretrovirais melhorou, atingindo 56% em 2014, acima dos 39% registados em 2010. A transmissão do HIV de mãe para filho também diminuiu para 2.9% em 2014, de 5.6% em 2011. Embora o número de novas infeções tenha sido menor em 2014, tem havido uma tendência geral desde 2003, sinalizando a necessidade de um vigor renovado para combater a propagação da infeção.

Redução da pobreza, proteção social e emprego

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Cabo Verde tem registado melhorias na qualidade de vida. Esta situação deve-se provavelmente ao conjunto de documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP), o mais recente dos quais é o DECRP III (2012-16). Os DECRP contêm planos ambiciosos para reduzir a pobreza e transformar estruturalmente o país, expandindo sua base produtiva.

Em 2014 o IDH do país era 0.646, superior à média de 0.518 para a África subsariana. No entanto, a pobreza continua a ser elevada. Em 2007, a taxa de pobreza nacional era de 26.6%; mas há grandes disparidades em todo o país. Por exemplo, o nível de pobreza em Santa Catarina do Fogo foi de cerca de 60%, em comparação com 4% na ilha do Sal. De acordo com o Ministério das Finanças, houve um ligeiro declínio na taxa de pobreza nacional para 25% em 2011, mas, mais uma vez, as disparidades regionais persistem.



Os altos níveis de pobreza refletem, em parte, uma tendência igualmente preocupante do desemprego. Embora a taxa de desemprego tenha caído drasticamente entre 2011 e 2012, o ritmo de declínio desacelerou desde então. Em 2012, 16.8% dos cabo-verdianos estavam desempregados. A taxa caiu para 16.4% em 2013 e para 15.8% em 2014. Todavia, esta foi muito maior do que a de 12.2% registada em 2011.

O Governo tomou medidas para melhorar a flexibilidade do trabalho. Todavia, o setor privado considera que estas medidas estejam aquém das necessárias para atrair investidores, e atribui a elevada taxa de desemprego a uma incompatibilidade de competências, especialmente entre os jovens. Em abril de 2015, o Governo, em colaboração com os sindicatos e outros, aprovou mudanças no código de trabalho para diminuir tanto a rigidez, como o desemprego estrutural de longo prazo.

O trabalho infantil é outro desafio para Cabo Verde. Um estudo de 2013 do Instituto Nacional de Estatística indicava que 8 683 crianças (cerca de 1.4% da população) estavam empregadas, muitas delas em trabalhos prejudiciais para a sua saúde, segurança e desenvolvimento moral. Nos últimos dois anos, o Governo instituiu medidas políticas e instituições para combater o flagelo: o Estatuto da Criança e do Adolescente (2013); o Comité Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2013); e o Plano de Ação Nacional para Prevenir e Eliminar o Trabalho Infantil (2014). Uma lista de trabalhos considerados perigosos para as crianças e os procedimentos para garantir a segurança das crianças foram também aprovados em 2015.

O número de requerentes de proteção social aumentou 17% para 197 991 em 2014, de 169 290 em 2010. Apesar de Cabo Verde ter atualmente uma população jovem (a faixa etária dos 15-24 anos representa 20% da população total), o Instituto Nacional de Segurança Social (INPS), enfrenta uma procura crescente à medida que mais pessoas estão a envelhecer. Espera-se que a situação se agrave nos próximos 20 anos. O INPS tem, portanto, as medidas estabelecidas para ser mais flexível, a fim de assegurar a sustentabilidade financeira, o crescimento económico e reduzir o desemprego.

Igualdade de género

Cabo Verde tem feito progressos na redução do hiato de género, como a melhoria da capacitação política das mulheres, aumentando a proporção de mulheres no parlamento e em cargos ministeriais. A proporção de mulheres assalariadas no setor não-agrícola também aumentou de 48.8% em 2000, para cerca de 66% em 2012. Esta situação evidencia a flexibilidade do mercado de trabalho, que tem atraído as mulheres do trabalho agrícola tradicional para setores modernos. O hiato de género na educação também diminuiu: no período 1990-2013, a taxa de alfabetização das mulheres acima dos 15 anos aumentou de 59.4% para 83.4%. Os valores equivalentes para os homens eram 91% em 2013, acima dos 74.7% em 1990.

Em 2011, o Governo aprovou legislação para criminalizar a violência contra as mulheres. Na sequência da aprovação da lei, o número de casos relatados triplicou para 2 787 em 2012, de 855 em 2010, principalmente devido a uma maior consciência pública. Em 2015, o Governo aprovou o Plano Nacional de Igualdade de Género (2015-18), que visa dotar o país de ferramentas, programas e planos de ação para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. Reconhecendo estes esforços, o Índice Global das Diferenças de Género para 2015 classificou Cabo Verde em 50º lugar entre 145 países.

Secção temática: Cidades sustentáveis e transformação estrutural

Cabo Verde está dividido em 22 municípios, distribuídos por 9 ilhas habitadas, e a população do país aumentou de 341 491 em 1990 para 513 906 em 2014. Em 1990, 56% da população de Cabo Verde vivia em áreas urbanas. Em duas décadas, esta tinha aumentado para mais de 60%, tornando-se um dos países mais urbanizados de África.



O crescimento urbano tem sido mais dramático na Praia, a capital, e nas ilhas de São Vicente e Sal. O Sal, que representa 5.2% da população nacional, tem uma das mais altas taxas de crescimento demográfico do país. Apenas a ilha da Brava tem registado um declínio da urbanização, com menos de 18.8% da sua população a viver em áreas urbanas em 2010, em comparação com 27.1% em 1990. Tendo em conta que a população de Cabo Verde tem vindo a crescer a menos de 1% desde 1990, o aumento da urbanização é, portanto, em grande parte devido à migração rural-urbana, que é responsável por metade do crescimento urbano.

A expansão da taxa de urbanização não é apenas uma fonte de problemas sociais, mas também fornece oportunidades informais e a microempresários para melhorar e expandir a sua integração no mercado. Em 2012, a Ilha do Sal contribuiu com 11% para o PIB do país e teve o segundo maior PIB per capita a seguir à Cidade da Praia. A taxa de pobreza da ilha foi apenas de 4%, a mais baixa do país. Com potencial de investimento significativo, o Sal demonstra o valor do setor privado para um melhor planeamento urbano. O Plano Diretor da ilha para 2013-16 prioriza o investimento em infraestruturas urbanas, estimados em cerca de 30 milhões de euros. Quase metade do financiamento deve vir do setor privado e de parceiros internacionais.

A Cidade da Praia, que é a capital administrativa do Governo e centro comercial do país, também tem registado acentuadas mudanças demográficas e económicas. Com mais de 25% da população nacional, é responsável por mais de 70% do PIB da Ilha de Santiago, onde está localizada; em 2012 a Cidade da Praia respondeu por 40% do PIB nacional. Muitas empresas e organizações locais e internacionais estão localizadas na Cidade da Praia. A construção do aeroporto internacional do país e a melhoria do porto introduziram um dinamismo económico adicional à cidade.

A Cidade da Praia tornou-se assim o principal destino para os migrantes, tanto de outros países, como de dentro de Cabo Verde. Contudo, este afluxo coloca novos desafios. A cidade tem registado aumentos rápidos de assentamentos informais, não planeados, especialmente em áreas periurbanas. Tal facto acarreta problemas sociais inerentes, incluindo o crime e a agitação social devido ao aumento do desemprego, especialmente entre os jovens. Por isso, o Governo municipal tem vindo a implementar políticas para atrair investimentos mais formalizados que atendam às necessidades da população urbana, em particular dos jovens descontentes. Embora as diferentes estratégias de desenvolvimento urbano tenham em conta as prioridades de planeamento urbano, elas também estão alinhadas com as estratégias nacionais e planos de desenvolvimento, conferindo-lhes uma abordagem de desenvolvimento holístico.

A nível nacional, o Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território tem vindo a trabalhar com a ONU-Habitat para implementar uma estratégia de planeamento urbano. Em 2012, o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Melhoria das Cidades foi aprovado. Este programa prevê melhor planeamento, cidades mais inclusivas e resilientes, com ênfase na informação e na gestão da terra, desenvolvimento de infraestruturas, segurança urbana, conectividade e integração social.

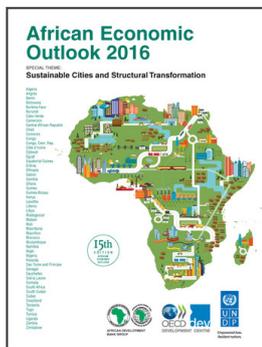
Recentemente, Cabo Verde garantiu financiamento para melhorar as infraestruturas urbanas. Em 2010, um acordo de empréstimo de 200 milhões de euros, foi assinado com o Governo Português para construir 8 000 novas casas e reabilitar outras 16 000. Foi recebido um donativo adicional de 66.2 milhões de USD, proveniente dos Estados Unidos, no âmbito do segundo *Millennium Challenge Account* (MCA), um programa de cinco anos que vai de 2012-17. Uma das três componentes do projeto MCA destina-se ao fornecimento direto de infraestruturas de água e saneamento para as famílias mais vulneráveis, no montante de 20 milhões de USD. Uma vez concluídos, estes projetos irão aliviar o problema da habitação e modernizar a rede de infraestruturas urbanas de Cabo Verde.

Cabo Verde enfrenta ainda desafios nos transportes, decorrentes, principalmente, da estrutura geográfica do país. Atualmente, não há nenhuma ligação terrestre entre as 10 ilhas do país. O



transporte entre ilhas faz-se através de voos domésticos ou por mar, usando os nove portos do país. Para aumentar a conectividade, estimular a transformação e promover o crescimento inclusivo, o Governo tem vindo a implementar projetos de transportes. Em 2013, a rede de estradas atingiu 1 046 km, com a Ilha de Santiago a registar cerca de 40% da rede. O Governo construiu também aeroportos internacionais nas quatro ilhas mais populosas – Santiago, Sal, Boa Vista e São Nicolau.

Com um histórico notável no desenvolvimento do capital humano, Cabo Verde lançou as bases para uma descolagem económica impulsionada por uma população urbana robusta, com competências para um setor privado competitivo. A Cidade da Praia e duas das ilhas mais urbanizadas – Sal e Boa Vista – geraram a maior parte do seu rendimento no turismo, e deram a maior contribuição para o PIB do país. Estas ilhas podem eventualmente tornar-se centros de renovação urbana e de transformação estrutural em Cabo Verde.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Cabo Verde", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-17-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.